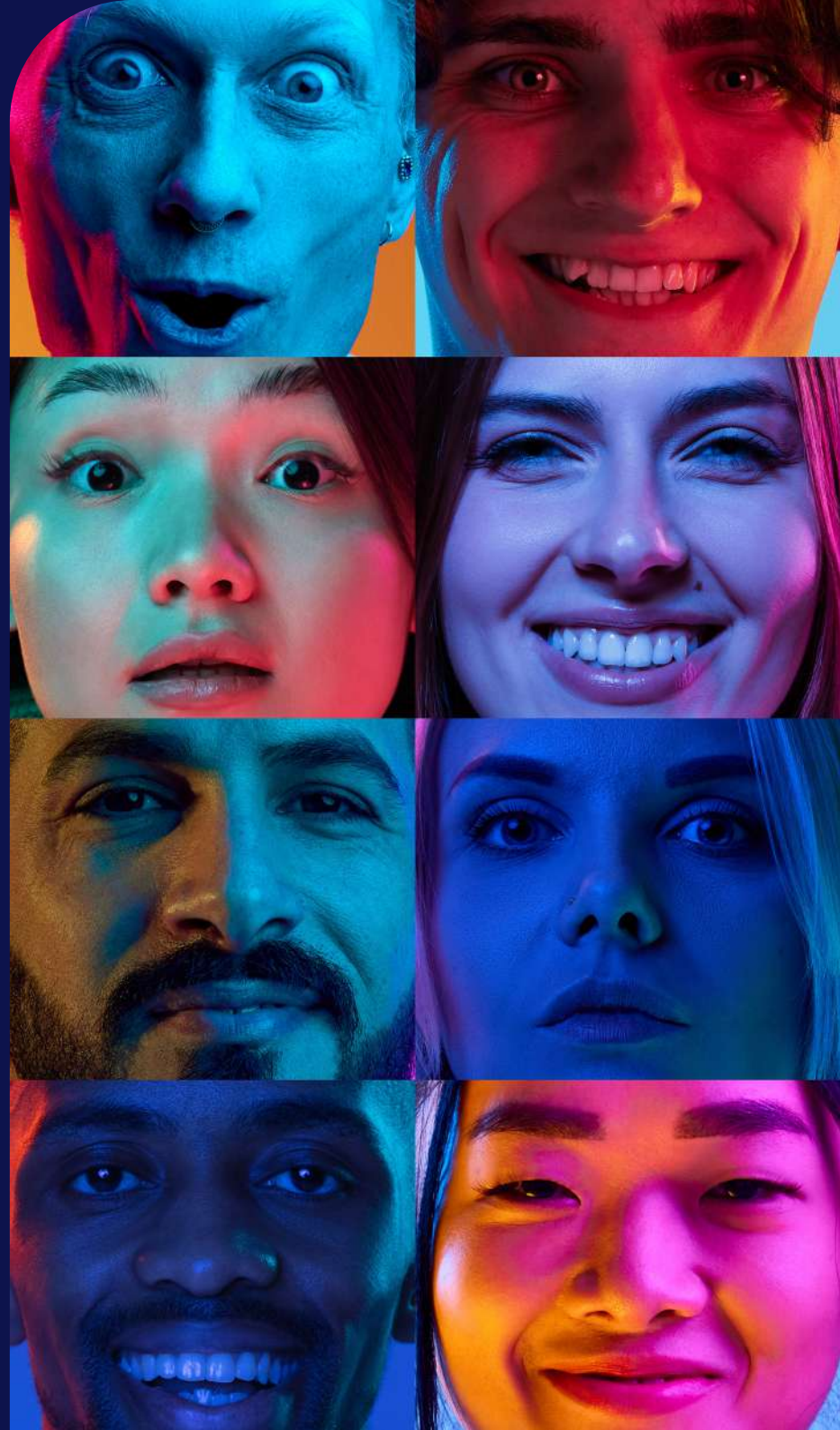


GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em
Ciências Jurídicas
Aplicadas à Advocacia
Pública





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Pública.....	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	13
Diferenciais tecnológicos	14
Ingresso	15

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Gustavo Scatolino Silva
Coordenador

Atualmente, Procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e Pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Já atuou como Assessor de Ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, Analista Judiciário do STJ, exercendo essa função durante 5 anos, e Procurador do Estado do Espírito Santo.

CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS À ADVOCACIA PÚBLICA



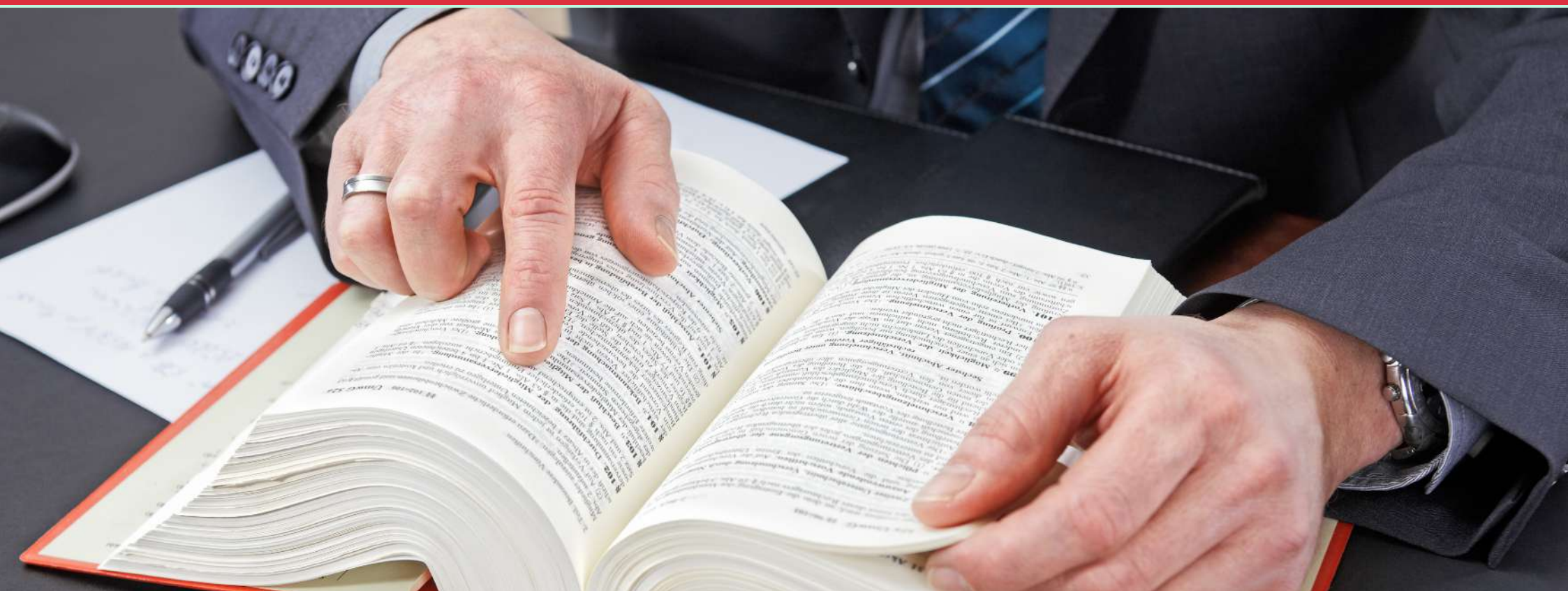
O curso de Pós-graduação Lato Sensu em Advocacia Pública propõe um modelo pedagógico genuíno, baseado na preparação do profissional para atuar na área da advocacia pública ou privado, por meio da atuação como membro dos Poderes da República, como servidor público nas mais diferentes áreas, bem como na advocacia pública ou privada.

O conteúdo das disciplinas é pautado na interdisciplinaridade e na interconexão de temas em cada uma das áreas do direito público, preparando o aluno para os desafios vivenciados com as modificações recentes na legislação e na multiplicidade de decisões judiciais impactantes, oriundas especialmente do STF e do STJ.

DESTAQUES DO CURSO

Desenvolvimento de habilidades para lidar com os desafios do Direito Público;

Capacitar o profissional, a partir da interdisciplinaridade, a ter êxito em trafegar de modo seguro pelo Direito Privado e o Direito Público



PÚBLICO-ALVO

Profissionais da Advocacia Pública e áreas correlatas: Procuradores e Advogados Públicos, Servidores, Consultores e Advogados que militam na área.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Pública tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Advocacia Pública Previdenciária	37h
02	Direito Constitucional	45h
03	Direito Administrativo	37h
04	Licitações e Contratos Governamentais	32h
05	Tópicos Gerais em Ações Constitucionais Coletivas	37h
06	Controle Interno da Administração Pública	22h
07	Processo Administrativo Disciplinar	10h
08	Processo Constitucional Municipal	2h
09	Responsabilidade Civil do Estado	14h
10	Negociação e Mediação	20h
11	Direito Constitucional à Saúde	12h
12	Lei de Responsabilidade Fiscal	22h
13	Crimes contra a Administração Pública	8h
14	Tópicos em Direito Tributário (Execução Fiscal, Dívida Ativa e Precatórios)	32h
15	Organização da Advocacia Pública na Constituição Federal: Aspectos Regimentais e Institucionais	15h
16	Tópicos em Direito Processual Civil: A Fazenda Pública em Juízo	15h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 horas
TOTAL DO CURSO		400 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
ADVOCACIA PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA	Evolução histórica da Proteção Social. A Seguridade Social na Constituição Federal de 1988. Princípios constitucionais. Estrutura e Organização da Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Regimes de Previdência. RGPS. Beneficiários do RGPS. Qualidade de segurado. Comprovação e manutenção da qualidade de segurado. Carência para fins de concessão dos benefícios no RGPS. Cálculo da Renda Mensal Inicial. Benefícios em espécie. Revisões de benefícios previdenciários. Custeio da Seguridade. Regime Próprio de Previdência Social. Previdência Complementar. Contexto Atual da Proteção Social. Reforma da Previdência: EC n. 103/2019. Crimes contra a Previdência.
DIREITO CONSTITUCIONAL	Teoria da Constituição. Conceito, classificação (tipologia) e elementos. Poder Constituinte (espécies e limites). Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Métodos e princípios de interpretação. Regras, princípios e postulados constitucionais. Hierarquia das normas e supremacia da Constituição. História constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988. Estrutura. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.
DIREITO ADMINISTRATIVO	Introdução ao direito administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração; centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia.

LICITAÇÕES E CONTRATOS GOVERNAMENTAIS	Ordenamento jurídico aplicável. Licitação: conceito, princípios, procedimentos, dispensa, inexigibilidade, modalidades e tipos. Contrato administrativo: conceito, características, cláusulas exorbitantes, formalização, execução, fiscalização, extinção e penalidades.
TÓPICOS GERAIS EM AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS	Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Principiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes judiciais. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes judiciais.
CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Abrangência e espécies de controles da Administração Pública. Sistemas de Controle na Constituição Federal. Funções e Competências dos Tribunais de Contas. Composição e Forma de Investidura dos Membros dos Tribunais de Contas. Natureza Jurídica, Eficácia e Revisão das Decisões dos Tribunais de Contas. Tomadas e Prestações de Contas e Julgamento de Contas pelos Tribunais de Contas. Jurisdição dos Tribunais de Contas. Organização e Funcionamento dos Tribunais de Contas, com enfoque no TCU. Deliberação e sessões do TCU. Processo e recursos no TCU. Linhas de Defesa no Setor Público. Controle Interno Administrativo (conceito, princípios, estruturas e componentes). Controle Interno Avaliativo e Sistema de Controle Interno de cada Poder. Modelos de Controle Interno. Normas de Auditoria e Controle Interno Governamentais. Compliance do Setor Público. Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos no Setor Público.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Processo ou procedimento administrativo. A legislação acerca do processo administrativo no Brasil. Fases do processo administrativo. Espécies de processo administrativo. Princípios aplicáveis aos processos administrativos.
PROCESSO CONSTITUCIONAL MUNICIPAL	Poder constituinte e controle de constitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Estadual. Organização do Estado: o princípio federativo. A divisão das funções do Estado: O Estado Unitário, O Estado Confederado, O Estado Federal, Federalismo Dualista x Federalismo de Cooperação. Princípio estruturante da Federação Brasileira: Princípio do Duplo Ordenamento; Distinção entre lei nacional e lei federal; Constituição Federal (Art. 18). Características do Estado Federado: Soberania do Estado Federal e autonomia dos estados-membros; Descentralização Política fixada pela Constituição (repartição constitucional de competências) – Teoria dos Poderes Implícitos (quem tiver o ônus, deverá também ter o bônus, ainda que implícito); Teoria da Predominância do Interesse. Poder Constituinte Derivado Decorrente. Existência de um órgão jurisdicional nacional.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	Teoria geral da responsabilidade civil: elementos, pressupostos e excludentes. Conceito de Culpa e Dolo Civis. Responsabilidade Subjetiva (aquiliana) e Responsabilidade Objetiva (pelo risco). Dano indenizável. Responsabilidade por danos materiais e morais. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas e seus administradores. Excludentes de responsabilidade civil. Ação de regresso. Jurisprudência sobre o tema.
NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO	Métodos alternativos de solução dos conflitos. Negociação e conciliação. Técnica. Mediação. Mediador. Arbitragem. Princípio da autonomia da vontade e princípio da indisponibilidade do interesse público. Convenção de arbitragem. Cláusula compromissória. Compromisso arbitral. Árbitro. Processo arbitral. Sentença arbitral.
DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE	Direitos sociais e direito à saúde. Políticas públicas de saúde e o Estado de Bem-estar Social no Brasil. Sistema Único de Saúde. O direito à saúde na Constituição de 1988. Direito à saúde e responsabilidade do Estado. A judicialização da saúde.
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Lei Complementar n. 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF): disposições preliminares (objetivos e conceitos (arts. 1º e 2º) e planejamento (arts. 3º a 10)). Receita Pública na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 11 a 14). Despesa Pública na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 15 a 24). Transferências Voluntárias (art. 25). Destinação Recursos Públicos para o Setor Privado (arts. 26 a 28). Dívida e Endividamento (arts. 29 a 42). Gestão Patrimonial (arts. 43 a 47). Transparência, Controle e Fiscalização (arts. 48 a 59). Disposições finais (arts. 60 a 75).
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Disposições sobre crimes nas licitações a luz das mudanças da Lei n. 14.133/21.
TÓPICOS EM DIREITO TRIBUTÁRIO (EXECUÇÃO FISCAL, DÍVIDA ATIVA E PRECATÓRIOS)	Sistema tributário Nacional. A Relação Jurídico Tributária. Espécies tributárias. Limitações constitucionais ao poder de tributar (princípios e imunidades). Competência tributária. Repartição da receita Tributária. Espécies tributárias: Taxa, Contribuições de Melhoria e Empréstimo Compulsório, impostos em espécies e contribuições sociais. Legislação tributária: Fontes do direito tributário: fontes formais e fontes materiais. A vigência da legislação tributária. A aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária: conceito e natureza. Obrigação principal e acessória. Fato Gerador: conceito e desdobramentos. Fato Gerador da obrigação principal e da obrigação acessória. Sujeito Ativo da Obrigação Principal. Sujeito Passivo da Obrigação Principal. Solidariedade tributária. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário: Lançamento. Espécies de lançamento. Decadência e Prescrição. Crédito Tributário: conceito e desdobramentos. Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. A administração tributária: as atividades de arrecadação, fiscalização e tributação. A cobrança amigável. A Dívida Ativa. A cobrança judicial. As certidões negativas. Financeiro. Atividade Financeira do Estado (Fins e Forma) – Fenômenos econômicos e financeiros. Despesas Públicas. Receitas Públicas. Orçamento. Crédito Público. O Direito Financeiro Positivo Brasileiro. Constituição Federal e Legislação pertinente (Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei de Orçamentos, Lei de Responsabilidade Fiscal) Controle e Fiscalização. Execução fiscal.

**ORGANIZAÇÃO DA
ADVOCACIA PÚBLICA NA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL:
ASPECTOS REGIMENTAIS E
INSTITUCIONAIS**

Funções Institucionais. Órgãos da advocacia-geral da União. Direitos, Deveres, Proibições e Impedimentos dos advogados públicos. Organização da advocacia pública. Atividade consultiva e contenciosa no âmbito da advocacia pública. Responsabilidade civil do Procurador do Estado por atos e omissões.

**TÓPICOS EM DIREITO
PROCESSUAL CIVIL: A FAZENDA
PÚBLICA EM JUÍZO**

Prerrogativas Processuais da Fazenda Pública. Dos Prazos e da Intimação Pessoal da Fazenda Pública. Prescrição e Pretensões Formuladas em Face da Fazenda Pública. Denúnciação da Lide pela Fazenda Pública. Remessa Necessária. Tutela Provisória contra a Fazenda Pública. A Fazenda Pública e a Execução. Reclamação. Desapropriação. A Fazenda Pública nos Juizados Especiais Cíveis.

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Pública é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Pública é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Pública é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

